

José Gomes Ferreira

O MEU PROGRAMA DE GOVERNO
Propostas para Uma Economia Mais Produtiva
e para Uma Sociedade Mais Equilibrada

LIVROS
D'HOJE

ÍNDICE

11	Prefácio de Ricardo Costa
15	Introdução
19	Orientar o governo para as pessoas
32	Responsabilizar os políticos pelos erros que fizeram
48	Parar de fazer novas dívidas
57	Acabar com a protecção injustificada de grupos económicos
71	Acabar com as dívidas do estado «fora do balanço»
89	Acabar com as parcerias público-privadas
100	Reduzir a influência do sector financeiro no estado
105	Expropriar parcerias e nacionalizar o défice tarifário
110	Pagar sempre todas as dívidas
113	É urgente reformar o estado
121	Alargar a venda de dívida pública a todos os cidadãos
125	Começar efectivamente a cortar despesa e a anular o défice
134	Aproveitar as melhores propostas do FMI
137	Reactivar a lei dos disponíveis
141	Convidar funcionários públicos a ficar em casa
145	Sim, ainda é possível cortar despesas sociais
151	Reduzir o défice da caixa geral de aposentações
165	Impedir o plafonamento e a privatização da segurança social
173	Cortar benefícios sociais a quem não precisa
176	Aplicar os cortes da despesa estrutural anunciados pelo governo
184	Definir o estado que podemos pagar
190	Pôr toda a agente a pagar impostos
195	Reduzir o «planeamento fiscal» ou fuga legal aos impostos
200	Combater ferozmente a fuga ao fisco
203	Acabar com as importações porta a porta
208	Criar taxas mais altas para bens importados
210	Baixar taxas de IRS
213	Baixar o IRC e aplicar colectas mínimas aos pequenos negócios
222	Negociar mais ajuda da europa, mas com realismo
230	Nunca tomar a iniciativa de pedir o perdão da dívida
234	Nem pensar em sair do Euro!
246	Não mexer na TSU sob nenhum pretexto!
256	Reorientar o sector financeiro
270	Acabar com o proteccionismo encapotado

275	Pôr os bancos a emprestar às empresas
281	Moralizar comportamentos no sector financeiro
285	Acabar com os contratos de <i>swap</i> nas empresas públicas
288	Reorientar a estratégia dos grupos económicos
293	Deixar de favorecer os «campeões nacionais»
311	Garantir a concorrência efectiva entre agentes económicos
317	Acabar com a «central de negócios» no parlamento
322	Controlar os salários e prémios dos supergestores
326	Criar um novo regime político-constitucional
330	Pôr a justiça a funcionar
336	Acabar com os bloqueios à economia
338	Baixar os preços da electricidade
352	Acabar com o «embuste» do défice tarifário
355	Substituir o modelo de gestão da energia
360	Baixar os preços dos combustíveis líquidos
369	Baixar os preços do gás natural
371	Controlar os preços do gás engarrafado
373	Apostar em fontes de energia tradicionais, sustentáveis
376	Rever o papel dos reguladores
382	Fixar administrativamente os preços da energia
384	Comprar português – investir para exportar cada vez mais
392	Acabar com a burocracia que esmaga a actividade económica
398	Rever as prioridades da ASAE, da ACT, das delegações de saúde
402	Rever os planos de ordenamento, de esmagamento económico
414	Garantir estabilidade aos investidores externos
418	Formar mão-de-obra de que as empresas precisam
421	Reorientar a educação e formação dos jovens portugueses
429	Continuar a revolução silenciosa na saúde
436	Alterar o modelo que está na base da ADSE
440	Acabar com as PPP, também nos negócios da saúde
443	Promover a ética nos negócios – novo código de valores para a vida económica
448	Acabar com a falsa oposição entre austeridade e crescimento
454	Perceber a guerra económica entre os Estados Unidos e a Europa
464	Perceber as guerras do jornalismo europeu e anglo-saxónico
469	Rever o capitalismo que andámos a construir
474	Um livro para o cidadão comum
477	Nota final

ORIENTAR O GOVERNO PARA AS PESSOAS

Este é o país em que o Estado gastou demais e em que passou a estar virado para dentro de si próprio e para servir interesses que se penduraram nesse mesmo Estado, nos seus vários orçamentos.

Este é o país em que o Estado, em praticamente todas as suas vertentes, Administração Central, Segurança Social, Fundos e Serviços Autónomos, Administrações e Estruturas Regionais, Administração Local, – este Estado extenso e complexo, propositadamente complexo para se justificar a si próprio e ao seu crescimento imparável – virou as costas às pessoas.

Este é também um país que tem condições para crescer e dar um futuro digno a todos, mas que se enquistou à volta de interesses muito poderosos e levou o Estado, os grupos económicos, até a Justiça, a servir esses mesmos grupos de interesses.

Este é o país em que a burocracia, propositada para favorecer alguns e em geral para dificultar a vida de todos e justificar a existência dos burocratas, transformou a vida da maior parte dos portugueses que querem viver, trabalhar, investir, criar riqueza no seu próprio país, numa autêntica via-sacra, um carregar permanente de uma cruz que podia ser evitada.

Este é um país em que, para instalar uma empresa industrial são precisos sete, oito, dez anos de espera pelas autorizações.

Em que para abrir um restaurante são precisas 16 licenças e esperar 10 anos pelo alvará.

Em que para abrir um simples café, num prédio cuja loja foi concebida e construída para este tipo de negócio, é preciso esperar sete, oito, nove anos ou abrir ilegalmente e ficar sujeito a todos os poderes e poderzinhos mais ou menos bem-intencionados. Como aconteceu com

um investidor no Norte, que teve de esperar nove anos e, entretanto, a legislação mudou duas vezes, teve de fazer uma terceira casa de banho para o pessoal porque as duas destinadas aos clientes já não podiam ser utilizadas pelos empregados e teve de mudar as portas porque entretanto já não podiam abrir de fora para dentro, mas já tinha de ser ao contrário... quando tudo tinha sido construído de acordo com a lei, e nos outros países europeus não é preciso nada disto...

Este é o país em que o Centro Comercial Colombo só teve licença de utilização ao fim de sete anos. Sim, senhor engenheiro Belmiro de Azevedo, devia ser porque os seus engenheiros e arquitectos não sabiam o que estavam a fazer!

Este é o país em que, para um grupo de cidadãos passear num parque natural tem de contratar um guia e o guia tem de estar registado no Instituto de Conservação da Natureza e tem de pagar 150 euros pela licença para guiar as pessoas nesse passeio!

Este é o país em que os pequenos agricultores das serras do interior não podem matar qualquer espécie de animal selvagem, um lobo ou um javali que ataque os animais domésticos ou as próprias culturas, porque ficam sujeitos a pesadas multas ou a ir presos se o fizerem. A lei atribui-lhes a possibilidade de pedir indemnizações pelos estragos que as espécies selvagens provoquem, mas a ajuda, em valores irrisórios, só chega ao fim de muitos anos ou acaba por nunca chegar.

Este é o país em que os piscicultores querem aproveitar as antigas salinas para instalar novas explorações, mas os responsáveis do Ambiente não deixam porque dizem que há uma espécie de pássaros que nidifica nessas salinas, e entretanto continuamos a importar cada vez mais peixe.

Este é o país em que os donos de casas de Turismo Rural estão proibidos de servir à mesa compotas de fruta produzidas nas quintas onde essas casas se situam porque os organismos do Estado que tutelam a Economia e o Turismo não deixam, alegando condições de higiene e segurança alimentar (sim, os hipermercados têm muitas compotas para vender...).

Este é o país em que, quando o gerente de um hipermercado estabelece um contrato de compra de mil quilos de maçãs com um produtor, este fica obrigado a fornecer tantas maçãs ao hipermercado, quantas as

que forem necessárias para o mesmo hipermercado vender mil quilos de maçãs. Isto é, para receber por mil quilos de maçãs o produtor chega a ter de fornecer mil e 500 quilos ou mais. Fica obrigado a repor quebras e ir substituindo o fornecimento caso não se venda de imediato.

É o país em que o produtor combina um preço pelo fornecimento do seu produto, mas que acaba muitas vezes por receber menos porque os contratos têm cláusulas retroactivas que obrigam os fornecedores a assumir as campanhas de desconto das grandes superfícies, se entretanto as administrações as decidirem fazer para combater a concorrência.

Este é o país em que os filhos da terra, nascidos em aldeias e vilas espalhadas pelo país, são empurrados pelas administrações públicas para os dormitórios das grandes cidades onde já não há empregos, porque os construtores e os bancos que os financiaram e os autarcas que cobraram as taxas e impostos sobre o imobiliário querem forçar a venda das casas desocupadas, e assim não deixam filhos da terra construir casas junto às dos seus pais, por alegadas razões ambientais.

Este é o país onde os planos de desenvolvimento municipal, de ordenamento regional, de ambiente, de classificação dos solos agrícolas, reduziram a maior parte das aldeias e aglomerados urbanos do país a pequenas faixas de terreno, deixando de fora a quase totalidade dos solos que ficam de reserva com várias classificações que proíbem a construção – elevando automática e artificialmente os preços dos escassos terrenos autorizados, que só quem tem muito dinheiro ou pode pedir crédito à banca, pode comprar, isto é, atirando esses terrenos para especulação – e de repente, nos terrenos de reserva, começamos a ver nascer urbanizações, parques industriais, projetos especiais de interesse alegadamente estratégico, sempre sustentados em exceções justificadas por eminentes pareceres de conhecidos escritórios de advogados.

Este é o país em que os carros estão a ficar parados, os aquecedores ou os refrigeradores são desligados, porque as famílias já não têm dinheiro para pagar a conta da eletricidade e para encher o depósito de combustível. Não deviam pagar preços tão elevados pela energia, mas as grandes companhias continuam a castigá-los injustificadamente e os sucessivos governos não fazem nada para travar esta exploração por causa do sacrossanto mercado – o mercado que nos está a arruinar, que afinal não é concorrencial, que na prática funciona em oligopólio!

Este é o país em que os clientes dos serviços básicos, electricidade, gás, combustíveis líquidos, pagam muito mais do que a média europeia, injustificadamente, e os reguladores, pagos com salários muito elevados que não têm nada a ver com as possibilidades do Estado nem dos consumidores, que os financiam, dizem que está tudo bem e que não há abuso por parte das empresas do sector e que não há problemas de concorrência naqueles mercados.

É o país em que as empresas de electricidade reclamam dos portugueses um crédito de 3800 milhões de euros em nome do famoso défice tarifário, alegando que o preço da electricidade que vendem à rede não cobre os custos, mas em que uma dessas empresas apresenta lucros anuais superiores a mil milhões de euros!

Este é o país onde a Troika chegou em maio de 2011, viu que o problema de fundo não era só a dívida do Estado, mas uma captura do Estado por interesses privados de grandes grupos económicos e, quase dois anos depois, o chefe de Missão, Abebe Selassie, foi obrigado a reconhecer que «é muito desapontante que os preços da electricidade e das telecomunicações não desçam em Portugal».

Este é o país em que os preços dos bens e serviços essenciais de energia deviam ser tabelados, mas os *lobby* e a filosofia oficial de Bruxelas não deixam, obrigando à implementação de um mercado liberalizado que de concorrencial e verdadeiramente livre não tem nada ou quase nada.

É o país em que o vendedor de uma casa é obrigado a pedir um certificado energético e pagar 250 euros pelo documento, senão não consegue vender a casa, e os responsáveis pela certificação beneficiam de uma lei que lhes permite passar o certificado sem sequer se deslocarem à casa em venda, antes emitindo o documento «por amostragem». Isto é, a Lei que os deputados aprovaram no Parlamento permite às empresas de certificação energética cobrar por serviços não prestados. Será isto moral, justo ou até constitucional?

Este é o país em que um cidadão como eu, nascido a 17 de Setembro de 1964, tem um documento oficial, uma carta de condução emitida em Junho de 1984, que diz expressamente que só perde a validade em Setembro de 2029, mas que é obrigado a renová-la em 2014, porque uns senhores burocratas decidiram há pouco tempo que eu e milhares de portugueses tínhamos de ir pagar mais alguns atos administrativos

para poder continuar a conduzir... senão a carta de condução perde a validade e eu pago uma multa avultada... pretextos e mais pretextos para alimentar um Estado voraz que precisa de justificar a sua existência e dar rendimentos a um sector que precisa de manter o seu mercado garantido...

Este é o país em que alguns influentes intelectuais juntamente com algumas editoras e com o consentimento do Ministério da Educação, mudam quase todos os anos os programas escolares e, por consequência, os conteúdos dos manuais, para obrigar as famílias dos alunos a gastar muito mais em novos livros, quando os dos anos anteriores serviriam perfeitamente.

Este é o país que tem belíssimos palácios, conventos e casas antigas a degradar-se; bastava que os telhados fossem arrançados para evitar a degradação acelerada e qualquer empreiteiro local poderia fazer esse trabalho simples, mas os burocratas de serviço nas câmaras municipais e no Ministério da Cultura, juntamente com os gabinetes de arquitectura e de engenharia, não deixam fazer essas reparações preventivas, antes exigem dezenas de estudos e projectos, obrigam à aplicação de materiais caríssimos e, como o Estado e os donos privados não tem dinheiro para fazer essas obras complexas, os palácios, os conventos e as belas casas antigas acabam por cair em ruínas.

Este é um país que era remediado e que agora arrisca cair novamente na pobreza, mas em que os clientes dos bancos pagam comissões bancárias e *spreads* de empréstimos que estão entre os mais caros dos países ricos da Europa; «os bancos portugueses são os que mais ganham com a diferença entre os juros pagos nas novas operações de empréstimos, [...] a margem financeira da banca nacional subiu para quatro pontos percentuais em Dezembro de 2012, valor muito superior ao praticado nos restantes países do Euro», escrevia o *Diário Económico* a 15 de Maio de 2013 com base nos últimos dados do Banco de Portugal.

Este é o país em que o Estado anda aflito para obter crédito externo a juros aceitáveis, que ainda não tem garantia de o obter de forma permanente, tem de continuar intervencionado pelos parceiros internacionais e entretanto paga juros elevados aos bancos que comprem a dívida pública em mercado primário, mas que não permite que os seus próprios cidadãos comprem directamente dívida do Estado neste mercado.

Gostava que me dissessem onde está a lei que impede isso, senhores governantes e senhores banqueiros. Ou têm receio da concorrência dos particulares na compra de dívida pública em mercado primário?

Este é o país que tem mais de 700 mil casas novas por vender, mas no qual os bancos mantêm uma estrutura de créditos orientada para a construção, as obras, o imobiliário, enquanto a indústria transformadora continua a receber uma pequeníssima parte do total do crédito concedido.

Este é o país em que os grandes exploram descaradamente os pequenos e o Estado, em vez de os defender, protege os grandes e torce as regras do jogo económico em seu favor, alegando que é preciso formar «campeões nacionais» para estes poderem enfrentar o mercado global. Mas estes campeões acabam por gastar mal o dinheiro que acumularam e estão sempre a pedir ao mesmo Estado que lhes permita castigar ainda mais os consumidores e os contribuintes, de forma a manterem sempre o seu elevado nível de receitas.

Este é o país de que eu gosto, em que quero viver, e que quero mudar. Não gosto de ver o meu país assim. Acho que todos podemos mudá-lo!

O conjunto de propostas que se seguem rejeita a ideia de que toda a classe política é corrupta, que todos os partidos são prejudiciais. Pelo contrário, parte do princípio de que todos os partidos e a generalidade dos agentes políticos têm propostas úteis e têm boas intenções.

Este conjunto de propostas foi feito recolhendo o melhor e rejeitando o pior de cada partido, mas também muitas outras contribuições de especialistas que entrevistei ao longo da minha carreira, de agentes económicos e cidadãos anónimos com quem fui conversando nos últimos anos.

Este é também o relato abreviado da História de um país:

Que alimentou um «monstro» de Estado que gasta o que pode e o que não pode, o que tem e o que não tem.

Que se encostou em torno de uma dúzia de grandes corporações que pagam aos seus serventuários, uma pequena parte da população, normalmente das grandes das cidades, remunerações acima da média, por vezes acima do que o país pode pagar, contra o interesse das periferias que trabalham muitas horas, das pequenas cidades, vilas, aldeias e

campos, do interior, contra o interesse do chefe de família responsável, honesto e pagador de impostos.

É tempo de devolver o poder ao chefe de família, responsável, honesto, pagador de impostos e cumpridor de obrigações. É para isso que este livro deve servir, para obrigar o poder político a voltar a governar para estes portugueses. Porque ainda somos capazes de obrigar o poder político a reorientar-se e a governar para as pessoas, em vez de se governar a si e a alguns privilegiados do sistema.

Recentemente, um jovem aparentando 35 anos, máximo 40, aproximou-se de mim na rua e disse-me:

– Por favor, ajude-me a não ter de emigrar. Eu não quero emigrar. Não quero abandonar o meu país!

É a esse que eu respondo. É para esse português e para muitos outros que ainda acreditam no país, que eu escrevo este livro.

Por vezes, há cidadãos que me abordam na rua e me incentivam a continuar o meu trabalho de análise, para continuar a dar opinião sobre o que está mal.

E alguns acrescentam:

– Continue, não lhes perdoe! Temos de dar cabo deles! Temos de os tirar de lá!

Pergunto-lhes, tirar quem? De onde?

– Os gajos, tirá-los do poder!

Qual poder?

– Do Governo! Querem dar cabo de nós. Já nos arruinaram, querem dar cabo de nós!

Pergunto se sabem quem deu cabo de nós...

– Sim, os políticos!

Quais políticos?

– Todos!

Este tipo de diálogo permite perceber que não está em causa este ou aquele ocupante de um cargo em especial, trata-se de uma raiva latente contra a classe política em geral, a que distribuiu benesses por muita gente para ser reeleita e a que se serviu a si própria... e aos amigos, sem cuidar do bem geral nem do futuro de todos.

E como o representante do poder político executivo em funções é o primeiro-ministro, e o controlador dos gastos, responsável pelo fluxo de receitas, é o ministro das Finanças, acabam por ser as principais figuras alvo da animosidade geral.

Como estão no poder são, por definição, os mais criticados e, na opinião de muita gente, «têm de ser derrubados».

Quando se tenta explicar que estes titulares, certamente tendo cometido erros de percurso e com uma concepção eventualmente menos eficiente sobre o melhor caminho a seguir para tirar o país da crise, apanharam com uma herança terrível e que têm uma margem de actuação que é extremamente estreita, a reacção do interlocutor é muitas vezes a mesma:

– Eles são todos iguais! Estão lá é para se governar!

Sabendo que pode não ser bem assim, que ainda há boa gente na política, e ideias úteis ou muito úteis em todos os partidos, mesmo os que não exercem nem exerceram o poder, também por isso decidi escrever este livro.

Sim, o atual Governo cometeu erros graves de percurso. Adiante os descreveremos. Mas a responsabilidade desses erros na crise financeira em que vivemos é pequena quando comparada com os erros por negligência ou por dolo de muitos governantes anteriores, de vários partidos; quando comparada com as combinações de interesses entre governantes e agentes económicos que se governaram e nos desgovernaram.

Sim, o Governo entrou com garras de leão a dizer que ia combater os *lobbies* que nos exploram e tem mostrado que os trata com punhos de renda. Que só faz cócegas nos contratos que garantem rendas excessivas às operadoras do sector eléctrico e às concessionárias de auto-estradas em regime de PPP [Parceria Público Privada]. E que quando os altera, reduzindo as prestações, é para libertar as concessionárias de auto-estradas de obrigações de manutenção de compromissos de longo prazo, não para lhes cortar efectivamente a maior fatia dos lucros imorais.

O mesmo Governo que cortou rendas excessivas na área da electricidade reduzindo pagamentos por co-geração, mas que apanhou a oito muitos produtores industriais, independentes, que até nem eram dos que mais abusavam destas rendas, enquanto os grandes produtores e

distribuidores de energia continuam a receber rendas chorudas noutro tipo de contratos e de negócios no sector.

Este foi o Governo que, assim que entrou em funções em Junho de 2011, aumentou impostos, que no orçamento de 2012 voltou a aumentar impostos, que no orçamento de 2013 aumentou ainda mais impostos, de forma asfixiante. E que em cortes de despesa fez o mais fácil: cortar salários e pensões a eito nos escalões superiores.

O Governo que ainda não fez essa sintonia fina que permita cortes selectivos na despesa, fechando departamentos, organismos, institutos e empresas cujo objectivo é inútil para o Estado e os contribuintes e representa muita despesa e nenhum benefício.

Que não cortou deduções e benefícios fiscais que continuam a ser atribuídos de forma injustificada a várias organizações, institutos, fundações e associações.

Que, de repente, em Setembro de 2012, atirou sobre o país uma medida absolutamente injusta de aumento da contribuição para a Segurança Social a pagar pelos trabalhadores, a TSU [Taxa Social Única], com a correspondente redução do valor a cargo dos patrões, tentando fazer uma gigantesca transferência de riqueza do factor trabalho para o factor capital, não percebendo esse mesmo Governo que estava a servir de instrumento para favorecer o sector financeiro e as grandes corporações – ou estava deliberadamente a favorecê-las!

Mas com erros ou sem erros, a verdade é só uma e simples de perceber: se não fosse o acordo estabelecido por Portugal com os parceiros internacionais EU [União Europeia], BCE [Banco Central Europeu] e FMI [Fundo Monetário Internacional], não teria havido dinheiro para pagar os salários dos médicos, dos polícias, dos professores e de outros funcionários públicos, desde Julho de 2011.

O país teria paralisado, a revolta teria estalado e a Democracia teria ficado em risco, se não acontecesse mesmo coisa mais séria...

Ainda hoje muitos cidadãos não têm consciência de que isto poderia ter acontecido no nosso país e muitos políticos querem continuar a esconder este risco de convulsão interna grave e eventualmente violenta.

Claro que para os nossos financiadores oficiais, FMI, BCE, UE, nos emprestarem dinheiro, exigiram um conjunto de condições. A chamada

condicionalidade, que está no célebre memorando da Troika,¹ e que poucos portugueses leram até ao fim. Deviam fazê-lo. É uma lição de economia política para um país que se enganou e continua a enganar-se sobre a sua condição real e sobre o que andou a fazer durante décadas.

Está lá tudo – os gastos exagerados do Estado, a imprudência interesseira da banca e o incentivo próactivo ao endividamento excessivo de Estado, Famílias e Empresas, os abusos das grandes empresas em mercados que funcionam de modo protegido – ao contrário das promessas sucessivas dos políticos de garantir a concorrência para favorecer os consumidores.

Já vamos ver o memorando da Troika em pormenor. Esse memorando diabolizado por muitos, ignorado por muitos mais, que teve o grande mérito de nos fazer olhar ao espelho, por uma vez, em muitas décadas de desvario.

Sim, todos sabemos que o candidato a primeiro-ministro Pedro Passos Coelho prometeu que não aumentava impostos, que não cortava subsídios de férias e de Natal e que não diminuía pensões. E que o fez assim que se tornou CEO [Chief Executive Officer] do país.

Sim, sabemos que o erro crasso do Governo actual, que está agora a mostrar profundas consequências negativas, reduzindo o crescimento económico, foi não ter cortado logo assim que entrou em funções parte da despesa estrutural do Estado.

Foi não ter feito logo uma discussão profunda sobre a real dimensão do Estado, não ter tomado medidas imediatas para a dispensa de funcionários públicos, não ter activado logo o quadro dos disponíveis, não ter fechado efectivamente departamentos do Estado que são inúteis, não ter extinguido organismos sobrepostos, não ter mandado extinguir fundações e organismos híbridos que parece que são de iniciativa privada, mas são pagos pelo Estado e não servem nenhuma causa útil; não ter cortado subsídios, benefícios, abatimentos e isenções fiscais, nomeadamente a fundos imobiliários (que não pagam IMI, quando até o mais modesto proprietário o tem de pagar), a milhares de associações e organismos socialmente inúteis, mas financeira e fiscalmente muito pesados.

¹ http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf

Erro maior foi não ter cortado logo pagamentos imorais a consórcios privados com rendibilidades garantidas de 15 por cento ou até mais, não ter cortado logo rendas excessivas na energia, não ter reformulado um sistema insustentável como a ADSE [Assistência na Doença aos Servidores do Estado].

O Governo continuou a ceder a *lobbies* financeiros que quiseram manter pagamentos elevados por contratos em mercados protegidos como rodovias, equipamentos militares, saúde.

Por ter permitido a continuação de abusos, não ter feito os cortes que devia, o Governo reduziu brutalmente os rendimentos dos portugueses através de cortes de salários e de pensões e através de aumentos de impostos, atirando com o poder de compra dos portugueses para níveis de há duas décadas.

Acabou por reduzir a procura interna muito mais do que o necessário para o ritmo recomendado de transição entre modelos económicos – do modelo consumista, orientado para os gastos internos, para o de poupança, orientado para a exportação – atirando o desemprego para níveis nunca vistos em muitas décadas, acima de 17 por cento.

E queria ainda sujeitar os trabalhadores portugueses ao aumento de 12 para 18 por cento do desconto da Taxa Social Única, um agravamento de 50 por cento no desconto para o Estado, em troca de um cheque em branco para os grandes grupos económicos e o sector financeiro, através da redução da TSU a cargo dos patrões de 23,75 para 18 por cento. Uma gigantesca transferência de riqueza do factor trabalho para o factor capital que acabaria por cair na contabilidade dos bancos como prémio final de uma estratégia errada de concessão de crédito que ajudou a atirar o país para a pré-insolvência e lhes está a criar problemas crescentes de crédito mal-parado, agora forçosamente reconhecido como imparidades.

Este é o Governo que em Fevereiro de 2013, aflito com o aumento do desemprego e a pressão social veio anunciar um gigantesco investimento num novo terminal de contentores na Trafaria e obras associadas no montante de 1 100 milhões de euros, que seria investido por privados.

Um conjunto de investimentos que inclui o novo terminal de contentores, novas ligações por caminho-de-ferro que irão destruir as

famosas arribas da Caparica, uma nova Marina em Pedrouços quando a do Parque das Nações está vazia, a desativação do terminal de contentores de Santa Apolónia, mais hotéis, mais especulação com promoção imobiliária sob a capa de libertação de terrenos da frente ribeirinha para «devolver à cidade» – a mesma conversa de sempre para fomentar a especulação imobiliária em parceria com os interesses financeiros do dinheiro fácil – o mesmo modelo ruinoso de crescimento económico fomentado no tempo de José Sócrates que não passava mês ou semana sem anunciar um novo megaprojecto de infra-estruturas de transportes!

Confesso que pensava que tínhamos aprendido a lição. Que num país intervencionado, a precisar de mudar de modelo económico, nunca mais seriam anunciados investimentos deste tipo apenas com o objectivo de gerir expectativas: um número de magia política feito numa megaconferência de imprensa à boa maneira dos anos do dinheiro fácil, por três ministros, três, Álvaro Santos Pereira, Miguel Relvas e Aguiar Branco (sim, também o ministro da Defesa esteve presente, porque o conjunto de obras envolveria a mudança de instalações e estruturas militares da Margem Sul, como se o país estivesse a nadar em dinheiro quando nem sequer o tem para pagar os salários dos militares).

Confesso que não esperava que também este Governo começasse tão cedo a ficar refém dos *lobbies* do imobiliário e da finança especulativa, das grandes obras e do investimento alegadamente privado, que acaba sempre por ser pago pelos contribuintes, todos os contribuintes...

Curiosamente, os tais investidores no novo terminal de contentores da Trafaria, que seriam privados, internacionais, nunca apareceram em público a explicar o que pretendem fazer e com que dinheiro...

Queria o Governo de Pedro Passos Coelho, à boa maneira do governo de José Sócrates, gerir expectativas prometendo investimentos que sabe que não tem dinheiro para fazer?

Se queria, ficou-lhe mal este número de pequena política... se os governantes que o anunciaram foram ingénuos e acreditavam na bondade do seu anúncio... já é tempo de acabar com ingenuidades em tempos tão difíceis para tantos portugueses.

Mas sem desculpar erros de percurso, há uma injustiça imanente na percepção sobre quem governa em situação de emergência, seja de

que partido ou partidos for, depois de um profundo desvario financeiro e económico em Portugal.

Quem governa agora corporiza inevitavelmente as críticas e os ódios de quem é chamado a pagar a crise, quando o decisor político pode estar apenas a garantir as condições mínimas de financiamento da economia, do Estado, do sector financeiro e das grandes empresas públicas e privadas; corporiza toda a reacção negativa a cortes incontornáveis de despesas do Estado e até de benefícios sociais, quando, quem os atribuiu irresponsavelmente sabendo que o país não teria dinheiro para os pagar, desapareceu do circuito ou aparece no Parlamento e nos órgãos de comunicação social a criticar quem está a tentar viabilizar o sistema – é o caso de alguns dos actuais deputados do PS que fizeram parte do anterior Governo.

Mesmo fazendo erros de percurso, os políticos em exercício deveriam merecer o benefício da dúvida. Afinal foram as receitas de outros, de vários partidos desde o PS ao PSD e ao CDS, e as pressões do PCP, do Bloco de Esquerda e das centrais sindicais para aumentar os gastos do Estado, que puseram o país em situação de emergência. Não foram as receitas actuais.

Os políticos responsáveis pela situação a que chegamos devem de facto ser recordados como autores da tragédia financeira económica e social em que estamos mergulhados.

RESPONSABILIZAR OS POLÍTICOS PELOS ERROS QUE FIZERAM

José Sócrates deve ser recordado como o primeiro-ministro que, alegando um combate sem tréguas ao défice, começou de facto a cortar alguns benefícios a algumas classes profissionais e algumas despesas insustentáveis do Estado, registando até alguns ganhos orçamentais, mas ao mesmo tempo estava a atirar para fora das contas do Estado gastos gigantescos em elevados investimentos de utilidade duvidosa ou inexistente, a título de investimento privado, mas que eram realmente despesa do Estado.

Começou primeiro, discretamente, depois abertamente, a pôr novas e gigantescas responsabilidades do Estado «fora do balanço». As despesas estavam a ser feitas, existiam, eram de todos nós, mas iam ficando fora do Orçamento como se fossem gastos de outras entidades com quem o Estado não tinha nada a ver...

José Sócrates deve ser recordado como o chefe de Governo que anunciava todos os anos crescimento económico aos portugueses, escondendo que esse crescimento era artificial, feito à custa de endividamento externo para projectos insustentáveis, contrários ao interesse público do bom investimento do Estado que seja sustentável e reprodutível.

José Sócrates, Teixeira dos Santos, Costa Pina, Mário Lino, António Mendonça, Paulo Campos devem ser recordados como governantes que atiraram a nossa dívida pública de 62,8 por cento do PIB [Produto Interno Bruto] em 2005 para 122 por cento do PIB em 2012.

Não sendo responsáveis pela governação no último semestre de 2011 e pelo ano 2012, a dívida continuou a subir neste período por causa das acções que aqueles governantes praticaram, pela necessidade de o novo

governo clarificar as contas e, em última instância, pela necessidade imposta pelos parceiros da Troika de se mostrar a verdadeira situação do país aos portugueses e aos credores internacionais.

A Dívida Pública duplicou nos últimos 5 anos

Evolução da Dívida Pública em % PIB

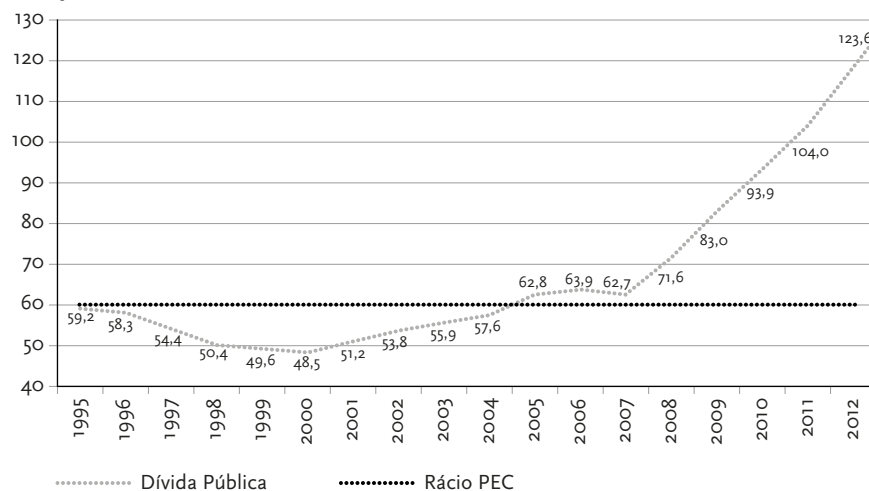


Gráfico da evolução recente das Finanças Públicas – a Evolução da Dívida Pública. Dados de 28.03.2013.

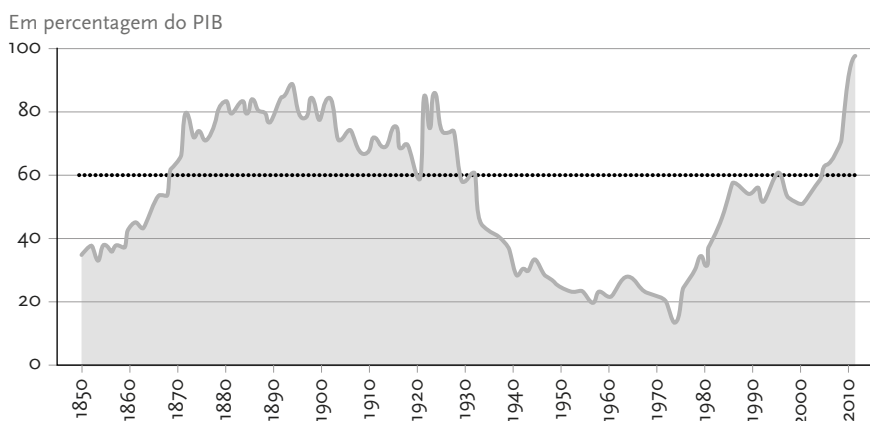
Fonte: INE

Isto é, em pouco mais de seis anos, meia dúzia de governantes fizeram duplicar a dívida pública portuguesa. Nunca, nem na história da nossa democracia, nem no Estado Novo, nem na Primeira República, nem ainda durante a Monarquia, nunca esta subida tinha sido tão forte em tão pouco tempo.

Este é um dossiê em que o alheamento nacional é prejudicial ao país. Os governantes citados deviam ser chamados a explicar aos portugueses onde foram gastos todos e cada euro deste brutal desperdício de dinheiro. Numa linguagem mais simples, mas igualmente rigorosa, nunca na história moderna do nosso país tão pouca gente estragou tanto dinheiro em tão pouco tempo!

E assim conduziram o país a uma situação de endividamento relativamente à produção anual, o Produto Interno Bruto, que só encontra paralelo nos anos de 1870, na sequência de uma política idêntica de lançamento de obras públicas sem o Estado ter dinheiro para as fazer, que ficou conhecida como «Fontismo» – do nome do ministro Fontes Pereira de Melo.

A Dívida Pública ultrapassou todos os recordes



A Evolução da Dívida Portuguesa desde 1870.

Fonte: *Expresso*

Mas o aumento do endividamento direto do Estado foi apenas uma parte do gigantesco desvario financeiro que tomou conta do país.

No mesmo período, ministros das Obras Públicas e secretários de Estado do sector transformaram a empresa pública Estradas de Portugal num gigantesco buraco negro em termos financeiros para pagar rendas imorais, porque são resultantes de contratos leoninos com bancos, construtoras, consultoras e escritórios de advogados, que nos vão perseguir e deixar o país em dificuldades durante 40 anos.

Todos os governantes, todo o Conselho de Ministros e secretários de Estado que aprovou as medidas de destruição das finanças públicas através de contratos ruinosos, devem ser responsabilizados por terem comprometido o país com pesadas responsabilidades na construção de auto-estradas inviáveis; estudos caríssimos e obras de preparação do

TGV feitos à pressa, baseados em pressupostos errados como a alegada saturação de linhas existentes; obras faraónicas em escolas, das quais algumas precisavam de recuperação, mas muitas que estavam em bom estado foram destruídas para reerguer de novo com materiais, métodos de construção e exigências de manutenção próprias de países ricos; instalações de parques de energia eólica em terra e no mar, fotovoltaica, biomassa e outros métodos de produção de energia aparentemente nobres porque amigos do ambiente, com base em contratos milionários a favor de meia dúzia de empresas do sector, e atirando com aumentos brutais de preços para todos os consumidores, para cobrir subsídios altamente generosos àquelas empresas.

Directamente responsável pela pasta da Energia, Manuel de Pinho deve ser responsabilizado por estes contratos. Porque prolongou a concessão de barragens atribuídas há muitas décadas à EDP (e que esta já devia ter entregado ao Estado), a troco de uma redução do chamado défice tarifário (que nenhum português percebe como foi criado) e cujo valor de compensação muitos críticos disseram que era claramente abaixo do valor que a empresa estava a receber em prolongamentos de concessões?

Primus Inter Pares, o ministro mais responsável de todos pela deriva financeira dos sete anos de governação de José Sócrates, Teixeira dos Santos, o ministro das Finanças que deixou Portugal chegar à pré-insolvência, pela terceira vez em democracia, o conceituado académico que continua a dar conferências pelo país e que não foi capaz de antever as consequências evidentes do *sub-prime* em 2007 – «não estou preocupado», afirmou em Agosto desse ano, quando já se adivinhava o que lá vinha, quando foi interrogado pelos jornalistas sobre as consequências do *sub-prime* que rebentara nos EUA sobre o mundo.

Teixeira dos Santos reduziu o IVA [Imposto sobre o Valor Acrescentado]¹ em 2008 porque 2009 era ano de eleições, aumentou os funcionários públicos em 2,9 por cento em 2009; desenhou e avalizou o plano de estímulos à economia no valor de 2 100 milhões de euros em 2009, para além dos gastos em obras faraónicas que já estava em marcha fora do Orçamento do Estado; aprovou novamente um orçamento expansionista em 2010 quando sabia que não tinha dinheiro para nada,

¹ Lei n.º 26-A/2008, de 27 de Junho.

o que gastava era pedido de empréstimo ao exterior, e que a crise se agudizava cada vez mais.

O ministro que esteve à espera de um milagre dos mercados financeiros, que não teve coragem de dar um murro na mesa para obrigar o primeiro-ministro de então a mudar de caminho antes da catástrofe. E que só à vigésima quinta hora decidiu dizer ao *Jornal de Negócios* que Portugal precisava de ajuda financeira, sem antes ter dito a todo o país qual era a real situação das contas públicas, repetindo todos os meses a estafada expressão de que a execução das contas públicas estava dentro da margem de segurança prevista. Depois, haveria de confidenciar que faltava pouco para o Estado não ter dinheiro para pagar salários...

Todos devem ser recordados na galeria da pequenez política, para que os erros que fizeram não sejam repetidos pelos seus saudosos seguidores e por alguns que fizeram parte do seu grupo, mas agora se querem relançar na alternativa a uma política de austeridade – política de aperto financeiro, que é agora absolutamente indispensável, por causa dos seus erros.

Eles aí estão, como se nada de grave se tivesse passado no país que justifique profundas medidas corretoras, atribuindo a austeridade apenas à teimosia e ao desvario de uns quantos «irresponsáveis» que agora estão no poder «iluminados» por uma ideologia que alegam ser a razão da sua existência e auxiliados por uma Troika que, dizem, é preciso expulsar imediatamente, antes de dar cabo de nós.

Eles aí estão, os campeões da contradição. E não são só da anterior governação. Alguns estão na vida pública e política há décadas. Eles próprios lançaram profundos desequilíbrios nas contas públicas noutras épocas, gastando o que tinham e não tinham.

Entre eles há quem também tenha negociado com o FMI, quem tenha aumentado impostos e cortado salários, quem tenha cortado benefícios e feito austeridade, quem tenha desvalorizado a moeda para reduzir a dívida externa e salários reais, dando ares de grandes governantes que até faziam aumentos de salários... mas que agora aparecem com moral superior a dizer que assim não pode ser, que isto não se faz às pessoas, que a austeridade tem de acabar!

Todos nós devemos muito a um grande homem chamado Mário Soares. Lutou contra a ditadura do Estado Novo e sofreu com a sua luta. Nunca desistiu. Amante da Liberdade lutou contra a ditadura totalitária

de esquerda, no pós-25 de Abril de 1974. Todos lhe devemos um regime tolerante e democrático, que custou a garantir em Portugal. Todos devemos admirar a sua coragem.

Dito isto, nada nos impede de considerar que um homem com a importância nacional e internacional de Mário Soares, quando diz que tem de se rasgar o acordo com a Troika está a ser profundamente contraditório. Ele próprio seguiu uma receita de austeridade muito forte na crise de 1983-1985.

E que dizer de um Carlos Zorrinho, homem que gastou milhões e milhões de euros com o Portugal Tecnológico e que, quando foi secretário de Estado da Energia, também ajudou a empurrar os portugueses para uma situação em que têm de pagar a eletricidade a peso de ouro.

Carlos Zorrinho declarou em Fevereiro de 2013 que «A teimosia do Governo está a conduzir Portugal à beira de uma catástrofe económica e social, ontem soubemos que o número de desempregados atinge quase o milhão, 40% dos jovens qualificados estão desempregados e hoje ficámos a saber que as piores previsões do Governo em relação à quebra da economia foram ultrapassadas [...] Estamos num cenário perfeito, infelizmente, de espiral recessiva, de menos rendimento, menos emprego, menos crescimento.»²

O líder parlamentar de um PS incapaz de reconhecer os erros da governação de José Sócrates que estão na base da actual recessão profunda, mostrava-se assim indignado com a subida acentuada do desemprego, na altura em que foram conhecidas as estatísticas oficiais do ano 2012, quando ele próprio contribuiu para essa situação ao integrar uma governação financeiramente irresponsável.

E também é preciso referir os que, da mesma área política da actual governação, aí estão para dizer que não se pode aumentar mais impostos, que o Estado Social não aguenta mais cortes, que há políticas alternativas. Mostrando-se grandes especialistas do assunto, quando estavam na governação não souberam acautelar a sustentabilidade da Segurança Social. Sim, Dr. Bagão Félix, não foi o senhor quem fez a reforma da Segurança Social que se impunha na altura, foi Vieira da

² Lusa, 14 de Fevereiro de 2013.

Silva, um socialista, não um social-democrata ou centrista, quem fez a melhor reforma nesta área.

Sim, Dr. Bagão Félix, lembra-se de que não soube acautelar medidas para conter o défice em 2004? Lembra-se do susto que nos pregou em Dezembro, quando deixou que acontecesse o (previsível) chumbo do Eurostat à sua operação de *leasing* de imóveis do Estado, que tinha lançado para que o critério do défice fosse cumprido e que as contas públicas fossem aprovadas em Bruxelas? Agora é fácil falar, não é? Mas naquela altura não havia pré-bancarrota... e o senhor teve de ir à pressa, de emergência, buscar o fundo de pensões da Caixa Geral de Depósitos, para integrar no Estado e não ficar malvisto em Bruxelas...³

Recordemos Jorge Sampaio, homem que irradia honestidade e boa vontade, o Presidente que teve de resolver uma grave crise política e tomar a iniciativa de lançar a bomba atómica do regime, a dissolução do Parlamento. Homem de consensos e de diálogo... Recordemos também o sinal errático que deu ao declarar a existência de vida para além do défice! Sempre existiu vida para além de qualquer défice. A vida pública de um país sempre decorreu em défice de qualquer coisa. Mas quando se sugere que o combate ao défice financeiro de um Estado não é um objetivo muito importante, altera-se decisivamente um conjunto de expectativas e comportamentos, por vezes de forma irrecuperável...

Foi assim que vivemos até 2011, Dr. Jorge Sampaio... até precisarmos de pedir ajuda...

Este é o momento de recordar António Guterres, homem que corporizou a esperança de um país cansado de indícios de corrupção, de compadrio, de negociatas na fase final do Cavaquismo, a anterior maioria absoluta. (A fase dos muitos casos com protagonistas políticos e económicos que mais tarde se envolveram em processos complexos como os do BPN, que agora estão a contas com a Justiça por várias razões.)

Com António Guterres renascia a esperança de um país mais justo, equilibrado, em que a criação de riqueza fosse mais bem distribuída, segundo os princípios do socialismo moderado.

³ Decisão tomada por Bagão Félix em 23 de Dezembro de 2004 e que levou à demissão de Vítor Martins, então presidente da Caixa Geral de Depósitos, por discordar da medida.

Com um ministro das Finanças carismático, determinado, Sousa Franco e António Guterres baixaram défices, reconquistaram a confiança dos agentes económicos, estabilizaram a vida política e levaram-nos ao Clube do Euro – Moeda escritural lançada em 1 de Janeiro de 2009, moeda física em 1 de Janeiro de 2002. A eles o devemos.

Devemos-lhes também, a «má moeda», a face negra dos contratos em regime de SCUT [Sem Custos para o Utilizador], esse fardo pesadíssimo que ainda hoje, e cada vez mais, nos custa dinheiro que temos de pagar a um juro agravado de país em situação de emergência. Contratos que eram insustentáveis e que outro governo socialista, de José Sócrates, renegociou para a introdução de portagens. E foi com a renegociação destes contratos que se retirou a maior parte do risco de negócio aos consórcios que passaram a ser pagos pela disponibilidade das vias, em vez de ser em função do número de veículos, tal como estava escrito nos contratos originais.

Devemos também a António Guterres essa grande aposta na organização do Euro 2004, a da construção de dez estádios de futebol quando só eram precisos seis pelas regras da UEFA [União das Federações Europeias de Futebol]. A demolição e reconstrução dos três maiores, nas Antas, no Porto, e na Segunda Circular, em Lisboa.

O crime económico que foi a construção dos dois estádios ao longo da mesma avenida de Lisboa, a Segunda Circular, quando um grande estádio de futebol na capital era suficiente, bastava ter sido combinada a utilização comum pelos dois clubes.

E agora, o que vemos? Um estádio de Loulé, intermunicipal, a pesar drasticamente nas contas dos municípios de Loulé e Albufeira.

Um estádio de Aveiro que é um pesadelo financeiro.

Um estádio de Coimbra cuja dívida contraída pela câmara, 23 milhões de euros, representa 43 por cento do endividamento total da autarquia, 1,5 milhões de euros de amortizações de capital só em 2013, mais 243 mil euros de juros...

Um estádio de Leiria que, além de um buraco financeiro, é um atentado estético, destrói a paisagem encimada pelo belo castelo que os nossos antepassados nos deixaram... e que custa tanto, tanto, a manter aos cofres municipais que a hipótese de o demolir ganha cada vez mais consistência!

Devemos a António Guterres e à sua equipa a concretização do megaprojecto lançado por Cavaco Silva, a Expo'98.

Sobre o balanço cultural e social, vozes mais habilitadas avaliarão. Sobre o impacto macroeconómico, muito se disse, destacando o crescimento do PIB, a criação de empregos, a renovação de uma extensa área urbana degradada, a renovação de parte importante da cidade capital!

O que também se deve referir são os custos de dezenas de milhões de euros com a liquidação das empresas Parque Expo e Parque Expo Gestão Urbana, que estamos agora a conferir e a pagar, enquanto os promotores arrecadaram muitos milhões de euros de mais-valias.

O que não se disse e deve ser dito, deve ser perguntado – quantos milhares de milhões de euros de desequilíbrio externo foram provocados com a importação da maior parte dos equipamentos, materiais, sistemas informáticos, *hardware*, *software*, uma lista infindável de despesas para satisfazer a vaidade de um país que se queria mostrar ao mundo... que ficou a pesar num dos maiores endividamentos externos do planeta?

Pois é bom lembrar agora que foi a partir dos anos de 1996 em diante que o desequilíbrio das nossas contas externas provocado pelos gastos excessivos do Estado, das empresas, das famílias e dos bancos, começou a acelerar até atingir níveis insuportáveis em 2010, deixando um desequilíbrio acumulado tão grande que chega próximo dos 300 por cento do PIB. Foi nos anos de pré-adesão ao Euro que se deu uma mudança estrutural da nossa economia, que era baseada na poupança e na contenção de crédito, para uma economia endividada, alavancada e de desperdício. Foi durante o seu mandato, Eng.º António Guterres.

Grande obra, esta, feita atirando as responsabilidades para o futuro...

É justo lembrar: devemos a António Guterres os primeiros debates sobre a reforma da despesa pública, ao autorizar Joaquim Pina Moura a lançar a discussão através das célebres 50 medidas de redução da despesa do Estado.

O ministro até nomeou uma comissão, a ECORDEP, que integrava a economista Teodora Cardoso, do Banco de Portugal, actual presidente do Conselho de Finanças Públicas...

A Comissão trabalhou, estudou, escreveu, publicou as célebres 50 medidas...

Mas nunca poderemos esquecer aquela manhã do dia 30 de Junho de 2001 em que, no Parlamento, o ministro das Finanças Joaquim Pina Moura discutia um orçamento rectificativo para enquadrar a despesa pública adicional desse ano, enquanto preparava as medidas do ECOR-DEP para cortar na despesa insustentável do Estado... e o ministro dos Assuntos Parlamentares, Guilherme de Oliveira Martins, que participava no mesmo debate, já tinha sido nomeado ministro das Finanças por António Guterres sem Pina Moura saber. Isto é, o primeiro-ministro já tinha tirado o tapete ao ministro que tinha vontade de cortar a direito na despesa do Estado...

A si, Dr. Durão Barroso, devemos as tentativas mais sistematizadas de controlo das despesas públicas, com Manuela Ferreira Leite no cargo de ministra das Finanças, mas sempre com o país a não querer mudar de vida, os *lobbies* a resistirem, os mesmos de sempre a tratar da vida como sempre. Até que, à sua maneira, também desistiu e foi para Bruxelas, para um lugar de destaque na Europa e no mundo, deixando Portugal entregue à sua pequenez, a tentativas erráticas e inconsequentes de resolução de problemas gigantescos, demasiado complexos para o voluntarismo e a inexperiência de Pedro Santana Lopes.

E é preciso recordar o homem que quer ficar conhecido como o fiel da balança. O homem que estudou Finanças, deu aulas de Finanças, foi ministro das Finanças, foi quadro do Banco de Portugal, foi primeiro-ministro, voltou a ser primeiro-ministro, recuou para escrever livros com recados políticos e avisos económicos e financeiros e depois avançou para o palácio de Belém.

Sim, professor Aníbal Cavaco Silva, obrigado por ter conseguido esse fino equilíbrio entre confiança empresarial, liberalização de serviços financeiros, liberalização e modernização do comércio – fundamental para fazer baixar a inflação e, em consequência, as taxas de juro – pelo apoio à indústria com fundos comunitários e nacionais, pela recuperação relativa da eficiência do Estado, pelo crescimento económico e pelo aumento considerável da poupança interna.

Sim, foi há mais de 20 anos, todos lhe devemos um grande *Obrigado!*

Não se esqueça, porém, de que o célebre NSR [Novo Sistema Retributivo da Função Pública] foi uma bomba relógio para a despesa do

Estado e para o agravar dos défices. Sim, é verdade que foi nesta altura que levou, pela primeira vez, os funcionários públicos a pagar IRS e a fazer descontos para o sistema público de pensões. Mas também aumentou de forma irreversível o fosso entre salários e rendimentos do sector privado e do sector público; criou expectativas e exigências de direitos que o país não podia pagar.

Não se esqueça de que, apesar de ter chamado «monstro» ao aumento da despesa durante o primeiro Governo de António Guterres (1995-1999), num célebre artigo de sua autoria, escrito no ano 2000, quem tinha dado vida ao «monstro» tinha sido o professor de Economia, durante a sua própria governação.

Foi o primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva quem criou institutos públicos, com salários mais elevados e com liberdade de contratar funcionários através de contratos individuais de trabalho. O objectivo era fintar uma administração pública aburguesada, ineficiente, sentada, e trazer sangue novo ao Estado, com métodos de gestão modernos. O objectivo era nobre, o resultado foi um peso económico esmagador do Estado sobre a Economia, de que nunca mais nos livrámos. Em dez anos, de 1985 a 1995, o Estado passou de 464 mil para 639 mil funcionários públicos, mais 174 mil ordenados a pagar!⁴

Não se esqueça de que a primeira grande obra em *project finance*, a primeira grande espécie de parceria público privada do pós-25 de Abril, tem a sua assinatura e continua a ser uma fonte inesgotável de rendas para o consórcio que a ganhou – a ponte Vasco da Gama. Já todos pagámos essa ponte, mais do que uma vez, mas continuaremos a pagá-la por muitos e longos anos.

Não se esqueça de que grande parte dos fundos estruturais da agricultura e do desenvolvimento regional foram parar a *stands* de venda de automóveis na compra de jipes de luxo (passando por ser bens de investimento); foram parar a contas bancárias em Zurique e Genebra depois de passarem pelos registos do IFADAP [Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas] como apoios a agricultores dinâmicos.

⁴ Entrevista de Cavaco Silva ao jornal *Expresso*, em 4 de Janeiro de 2013, e artigos de Paulo Gaião, *Expresso*, 8 de Novembro de 2012 e 7 de Janeiro de 2013.

Esses apoios provenientes do orçamento Comunitário foram também parar a departamentos do Estado que se apresentaram em pé de igualdade com os privados para os receber a título de investimento em projetos importantíssimos para o país, mas que nunca deram retorno à economia. Isto é, parte desse dinheiro vindo de Bruxelas serviu mesmo para financiar o défice real do Estado português, às escondidas!

Não se esqueça de que muitas das obras públicas feitas com os fundos de coesão ficaram muito mais caras do que os empreiteiros disseram que iam cobrar inicialmente, e a diferença encheu muitos bolsos em Portugal e muitas contas em Zurique.

Que muitas verbas do Fundo Social Europeu foram para pagar principescamente certos amigos dos partidos no poder, assumidos como doutos formadores que ganhavam mais do que operadores dos mercados financeiros, na City ou em Wall Street.

Que a qualidade da formação e a orientação dos alunos seguia o mesmo princípio do «giracídio» (o girassol que apodrecia na terra, que tinha sido semeado não para colher, mas para captar o subsídio). Servia para tudo menos para suprir as necessidades de mão-de-obra qualificada das empresas, servia apenas como justificativo de volumosas transferências financeiras.

Sim, já durante os dez anos da sua candidatura a Belém – teve tempo de se preparar – avisou para os riscos de uma política baseada em défices e financiamentos externos excessivos.

Já em Belém, professor, porque nunca disse alto e bom som que «não!», quando José Sócrates, Mário Lino e Paulo Campos quiseram alterar todo o modelo de financiamento da Estradas de Portugal, atirando este departamento do Estado (sim, ainda hoje é mentira que se trate de uma verdadeira empresa) para uma situação de endividamento ruinoso do ponto de vista económico e financeiro?

Porque não disse nada quando foi alterada a lei que permitia o lançamento de concursos para as novas concessões rodoviárias sem visto prévio do Tribunal de Contas? E que, quando o Tribunal de Contas veio dizer que não havia comprador público para o modelo perigoso que estava a ser seguido, já não havia nada a fazer?

Porque não disse que «não!» aos principais banqueiros, que transformaram o financiamento às empresas que fomentavam a economia

real do país, nas décadas de 80 e 90, num financiamento sistemático e deliberado a actividades protegidas da concorrência, garantidas em última instância pelo Estado em regime de parcerias, empresas em monopólio de facto, actividades regulamentadas para manter injustamente altos os preços dos bens e serviços que fornecem à economia?

Porque nunca criticou os banqueiros que contribuíram, pelo menos indirectamente, para o desvio da economia do país no sentido da insustentabilidade, que procuraram criar rendas certas e permanentes para os seus bancos, mas que não viram senão a biqueira do sapato, se estava ou não bem engraxada, não olharam para o horizonte, não perceberam que para chegar às montanhas ao fundo tinham de contornar a fenda financeira da dívida enorme que se lhes abria à frente e caíram nela, e fizeram-nos cair nela.

Para que o verdadeiro balanço da desorientação financeira, económica, orçamental e fiscal seja feito, é indispensável ouvir outros protagonistas igualmente importantes na sociedade portuguesa que, não tendo responsabilidades políticas contribuíram em maior ou menor grau, directa ou indirectamente, para esta situação.

Desde António de Sousa a Vítor Constâncio, reguladores da banca, aos principais banqueiros, Fernando Faria de Oliveira, Carlos Santos Ferreira, Ricardo Espírito Santo Salgado, José Maria Ricciardi, Artur Santos Silva, Fernando Ulrich, Jardim Gonçalves, Paulo Teixeira Pinto, Filipe Pinhal, entre outros.

Mas também os presidentes, gestores, accionistas de grandes empresas, António Mexia, Francisco Sanchez, António Mota, Jorge Coelho, Teixeira Duarte, Manuel Fino, Joaquim Ferreira do Amaral, Pina Moura, José Penedos, Almerindo Marques, Pedro Serra, tantos outros, presidentes de grandes grupos públicos e privados, bancos, construtoras, consultoras, escritórios de advogados, sim escritórios de advogados.

Nesta grande mudança do Estado português no sentido da alavancagem financeira e da construção de mercados artificiais, foram utilizados instrumentos jurídicos sob a forma de contratos, pareceres, assessorias que tiveram a participação dos grandes escritórios de advogados do país. Com maior ou menor grau de envolvimento, praticamente todos tinham conhecimento de peças jurídicas sobre o que se estava a passar.

Escritórios dos quais, alguns sócios aparecem agora a fazer comentários em público a dizer que o Estado gastou mal, que os políticos é que tiveram a culpa, sem reconhecer que eles próprios também podiam ter dado o alerta; em vez disso colaboraram com agentes do Estado, banqueiros, construtoras, para construir formulações jurídicas que garantiam segurança e rendimento a muitos accionistas e gestores, em detrimento dos interesses dos contribuintes e dos clientes de grandes empresas.

Advogados que participaram na elaboração de documentos, que tinham acesso a muitos outros documentos, ou pelo menos sabiam da sua existência, que mostravam o que estava a ser feito ao país, os compromissos pesados que o Estado estava a assumir sem o cidadão comum perceber, e não levantaram a sua voz para alertar, pelo contrário, continuaram a fazer os seus negócios.

Com todos os seus excessos de linguagem, o actual bastonário, Marinho Pinto, tem denunciado esta atitude, perante a indiferença geral da classe, dos políticos e do país.

E é incontornável referir também os consultores, nomeadamente os maiores grupos internacionais presentes em Portugal: Ernst & Young, Deloitte, Pricewaterhouse Coopers, KPMG, McKinsey, Roland Berger, BCG, BDO, Mercer, Heidrick & Stuggles, Accenture, todos deram o seu contributo para assessorar o Estado, autarquias, institutos públicos e empresas públicas, bem como os próprios bancos e grupos económicos nacionais, na sua deriva financeira em direcção a mais endividamento directo e indirecto, para se tornarem altamente alavancados em termos financeiros.

E agora são as mesmas organizações que aparecem a estudar formas de o Estado sair da economia porque já não aguenta mais gastos e precisa de obter receitas de privatizações, formas de as grandes empresas públicas reduzirem os seus custos operacionais, de fazerem reestruturações; são as mesmas consultoras, como a Ernst & Young, que são contratadas para estudar o impacto das Parcerias Público-Privadas [PPP] nas contas públicas e a forma de reduzir as rendas certas e permanentes que propiciam aos consórcios que delas beneficiam... quando contribuíram para construir o emaranhado jurídico e o rendilhado financeiro que esteve na base destes negócios.

Em Março deste ano, a organização de esquerda Iniciativa Cidadã de Auditoria à Dívida Pública levantou dúvidas sobre a escolha da Ernst & Young para auditar as 36 principais PPP e concessões do Estado, por achar que existia um «flagrante conflito de interesses».

Um comunicado da Iniciativa Cidadã referia que esta consultora prestou serviços a empresas «envolvidas nos consórcios da Lusoponte, Auto-Estradas do Atlântico, Auto-Estradas Túnel do Marão, Hospital de Braga, Hospital de Vila Franca e da Barragem de Gouvães, Alto Tâmega, Daivões e Girabolhos».

A empresa não comentou e o Governo acabou por lhe adjudicar o trabalho de auditoria das 36 PPP e 24 concessões por 250 mil euros (valor que, deve dizer-se, é considerado baixo pelos padrões internacionais para aquele tipo de trabalho).

É preciso referir ainda outras consultoras que durante anos fizeram pareceres usados pelos políticos para orientar a economia no sentido da insustentabilidade e que agora aparecem a ajudar o Governo a tomar medidas no sentido oposto.

Nada de novo no sistema capitalista financeiro de mercado, de um lado e do outro lado do Atlântico, na Europa e nos Estados Unidos: os mesmos agentes que atiraram os Estados para a bancarrota, como aconteceu com a Grécia, são os mesmos que aparecem a oferecer os seus serviços, sempre a troco de pagamentos elevados, para os salvar!

Este é o verdadeiro balanço e o verdadeiro julgamento de responsabilidades individuais e colectivas, que está por fazer no país.

E este é o momento para olhar para soluções de futuro, sustentáveis, duradouras, que respeitem os interesses das pessoas e não das corporações, que mantenham o equilíbrio das contas do Estado para que este possa ajudar os cidadãos que de facto precisam e que não podem acompanhar o jogo da conflitualidade social e económica própria de uma economia de mercado, competitiva e exigente para os seus agentes, sejam estas famílias ou empresas.

Este livro não é um tratado de Economia, coisa que eu nunca poderia fazer porque não sou economista, sou licenciado em Comunicação Social com especialização em Jornalismo. Assim, sinto-me muito mais à vontade para criticar ou elogiar os economistas, consoante os casos.

Tento, acima de tudo, colocar-me no papel de um cidadão que paga impostos e sabe que o Estado tem de obter receitas, para cada um de nós poder ter acesso a hospitais e médicos em caso de doença, andar nas ruas sem medo por acreditar que as forças policiais estão vigilantes, circular nas estradas em segurança, etc.

Coloco-me no papel de um chefe de família que sabe que o Estado tem de pagar aos professores que educam os nossos filhos, aos funcionários que acolhem e que tratam dos nossos pais nos lares e nos centros de saúde, e para isso o Estado precisa de ter receitas.

Gostaria de acreditar que o meu país tem dirigentes políticos que medem as consequências das suas decisões, que pensam no futuro antes de gastar cada cêntimo em nome da população; que este país tem banqueiros preocupados com a sustentabilidade da economia a longo prazo em vez de olharem só para os resultados de cada trimestre; que este país tem empresários que sabem que a maior riqueza não é o dinheiro posto lá fora, em contas bancárias na Suíça ou nas Bahamas, mas o bom nome das instituições que criaram, a confiança que geram e o valor da gente que para eles trabalha; que este país tem cidadãos que estudam trabalham e poupam antes de fazer a festa.

Estes banqueiros existem, estes políticos existem, esta gente boa existe em Portugal. Estão manietados pelos outros, os que têm agenda própria, contrária à agenda do país. Vamos fazê-los mudar de atitude, aos que prejudicam o interesse nacional.

Aqui vai o meu contributo.

